



**X COLÓQUIO  
INTERNACIONAL**  
"Educação e Contemporaneidade"  
22 a 24 de Setembro de 2016  
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

**CORPO DANÇANTE: UMA AGENDA ABERTA PARA AÇÕES ARTÍSTICAS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL.**

MÁRCIA VIRGÍNIA MIGNAC DA SILVA

EIXO: 16. ARTE, EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

**RESUMO** O interesse desta comunicação é propor a dança como uma ação artística trabalhada no enfrentamento à violência sexual. Para tanto defende a dança como um pensamento implementado que opera no contínuo corporeamente, possível de reorganizações dos corpos adolescentes sujeitados pelo abuso sexual. Tendo em vista a multidimensionalidade na adoção de medidas ao enfrentamento à violência sexual, aqui, reivindica-se a presença de abordagens corporais enquanto condição indispensável às ações de assistência e "reabilitação". Ao valorizar a dimensão visceral da violência abre-se brechas para a necessidade de rasurar fórmulas convencionais presentes nos serviços especializados e esboçar outras formulações. Palavras-chave: DANÇA, CORPO, ABUSO SEXUAL. **ABSTRACT** The main interest of this communication is to propose the dance as a artistic action worked in addressing sexual violence. To do so it defends the dance as an implemented thought that works simultaneously on the body and mind, capable of reorganization of teenager bodies exposed to sexual abuse. Taking the multidimensionality of the measures to face the sexual violence, here it is claimed the use of body approaches as indispensable condition to assist and rehab teenagers who suffered sexual abuse. Giving importance to the visceral dimension of violence will allow room to erase concepts currently adopted in the specialized services and will outline other methods to deal with abused bodies. Keywords: DANCE, BODY, SEXUAL ABUSE.

No ano de 2015, mais de 17,5 mil crianças e adolescentes podem ter sido vítimas de violência sexual no Brasil. Pois de acordo aos números relativos às denúncias feitas ao Disque Denúncia Nacional, disque 100, foram notificados 50 casos por dia, durante um ano inteiro. Dados

estatísticos que classificam o abuso sexual em crianças enquanto o segundo maior tipo de violência desta faixa etária, ficando pouco atrás apenas das notificações de negligência e abandono. Entretanto ainda que a violência sexual seja uma questão que reincide, com casos crescentes em todo o território nacional, parece que o protocolo de atendimento e atenção às pessoas em situação de assujeitamento encontra-se deficitário, principalmente na promoção de ações integradas em resposta a multidimensionalidade do fenômeno. Sendo assim, esboça-se uma reivindicação que clame não apenas pelos avanços em direitos humanos, legislação e tecnologias que possibilitem ações de atendimento, proteção, prevenção e responsabilização do (s) autor (es) da violência, mas principalmente estratégias que reconheçam a condição visceral do abuso sexual e a possibilidade de ressignificação via corpo dançante. Nesta perspectiva, o presente artigo anuncia a dança enquanto ação propositora dos modos de re-organização de corpos adolescentes sujeitados e reapresenta a experiência de dança do ventre realizada em instituições/projetos que trabalharam com adolescentes sujeitadas, a exemplo do Projeto Re-creio<sup>[1]</sup> desenvolvido em parceria com o CEDECA-BA<sup>[2]</sup> e o Projeto Viver<sup>[3]</sup>. As ações de dança trabalhadas nessas instituições subsidiaram a pesquisa de Mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Dança da Universidade Federal da Bahia, que discutiu e problematizou as relações que se estabeleceram nas fronteiras do artístico e do institucional através da implementação de procedimentos corporais em dança do ventre, incrementados por questões de dança, corpo, poder e sujeição. A aplicação de procedimentos dessa natureza contribuiu para compreender esses processos como intercambiáveis, móveis e colaborativos e, também, para o deslocamento do “valor” traumático de uma experiência vivida em experimentação de processos corporais de atuação-intervenção que promovessem outras percepções e relações nos corpos-sujeitos<sup>[4]</sup> e corpos-instituições<sup>[5]</sup> envolvidos nas questões de violência/sujeição. Entretanto, aqui, interessa discutir a presença de abordagens corporais na adoção de medidas ao enfrentamento à violência sexual, enquanto condição indispensável às ações de assistência e “reabilitação”. A partir da continuidade de uma reflexão crítica, revisão e atualização dos entendimentos e conceitos acerca do corpo que na dança na situação de sujeição, com vistas a rasurar fórmulas convencionais presentes nos serviços especializados e esboçar outras formulações. Prosseguindo assim, com o investimento no exercício de redimensionar a violência sexual, que se encontra encerrada numa temporalidade de acontecimento aparentemente intransformável. Busca-se não somente a ação da dança enquanto intervenção no corpo, mas ainda na possibilidade de exercitar a dança do ventre em uma moldura pouco habitual, num arranjo que aproxime o corpo que dança de ações contextualizadas e de discussões acerca de corpo-ambiente-mundo. **Da Dança ao Ventre: vestir-se corpossibilidades** A ação de dança do ventre vivenciada pelas adolescentes na situação de abuso sexual<sup>[6]</sup>, apresentou a dança como ação cognitiva do corpo, uma estratégia que permitiu ao corpo sujeitado conhecer-se. Um conhecimento que privilegiou o corpo que dança e

desconheceu a sujeição como assunto principal. As experiências corporais vivenciadas com a prática da dança possibilitaram o acesso a outras informações/assuntos, além dos referentes presentes no contexto da violência. Nesse sentido, ampliaram-se outros modos de conhecer o corpo, no âmbito do fazer artístico em dança. É interessante observar que a ação de dança passou a ser entendida como um vestir-se "corpossibilidades", termo criado com a intenção de enfatizar possibilidades enquanto experiências vivenciadas no e pelo corpo que dança. Acontecimentos, que se constituem também modos de ser e estar no mundo. Pois "o corpo não é um lugar onde eventos acontecem e vão embora" (RENGEL, 2007, p. 27). Os acontecimentos estão/são corpo, e podem ser entendidos como ações cognitivas na medida em que colaboram no processo do conhecer-se e na produção de conhecimento via corpo. "Os acontecimentos estão no/são o próprio corpo, ocorrem com pensamentos, veias, dores, pulsações... Somos corpos e não pessoas que possuem um corpo ou habitam um corpo" (RENGEL, 2007, p. 27). Entendimentos esses que colaboram para a percepção do corpo não apenas como local de implementação da experiência, mas também enquanto local de cognição<sup>[7]</sup> e formação de conceitos. Para isso, é preciso repensar o corpo fora da noção dos binarismos, a exemplo de mente e corpo separados. Sendo assim, George Lakoff e Mark Johnson (1999), trazem ideias que servem a este propósito. Para estes autores, a mente é *embodiment*, ou seja, "corporificada", ideia esta traduzida e implementada por Rengel como mente corponectiva. Logo, não existe mente separada e independente do corpo; razão não existe fora do corpo como se imaginava, mas nasce da natureza do cérebro, corpos e experiência corporal, pois "o ato pensante e o ato consciente passam a ser entendidos como implementados no corpo em ação no mundo, não mais como atributo de uma razão descolada ou anterior à experiência" (NUNES, 2003, p. 128), o que favorece pensar que

Cada entendimento que nós podemos ter do mundo, de nós mesmos, e os outros podem somente ser moldados em termos de conceitos formados por nossos corpos [...] Esses conceitos usam nosso sistema perceptivo, imagético e motor para caracterizar nosso ótimo funcionamento no cotidiano. Esse é o nível no qual estamos em contato máximo com a realidade de nosso ambiente (LAKOFF & JONHSON, 1999, p.555). Rengel (2015) sustenta posição semelhante ao afirmar que o conceito "é parte de um sistema de fluxo constante de pulsão transformadora de estruturas corpóreas e/ou mentais vinculadas ao meio" (2015, p. 121). Logo, o processo de conceituar acontece no corpo – com pensamento e ação, em co-evolução com o ambiente.

Criar conceitos, protótipos e categorias nos é próprio. Como corpo em

processo, o conceito, portanto, é feito com o corpo. Este corpo quer dizer que por meio das vibrantes estruturas neurais, o coração e o pulsar, ao queimar o estômago, ao arrepiar a pele, com o tórax a arfar, os protótipos, as categorias, os conceitos – inseparáveis da experiência vivida – coemergem. (RENGEL, 2015, p. 121). Para desestabilizar a compreensão de corpo presente no contexto do abuso sexual, trabalhar com visão não dicotômica do corpo é de fundamental importância, uma vez que é habitual associá-lo apenas como espaço de introjeção da sujeição, uma associação que implica na noção de corpo recipiente - corpo enquanto receptor passivo, por onde a violência é apenas implementada e abrigada. A questão que interessa é investir no corpo como local de cognição e contribuir para pensá-lo como produtor de significados, isso porque, “o corpo não para de conhecer, de se relacionar com os ambientes e, nesse sentido, nem quando está submetido a algo ou alguém torna-se um objeto passivo. Ele continua gerando signos” (GREINER, 2005, p. 91). Portanto, considerá-lo enquanto “articulador, propositor e elaborador de informações” (KATZ, 2004, p.121) traz a perspectiva de refleti-lo como estratégia cognitiva e de organização dos fenômenos que o constitui. O encontro com essa perspectiva permite questionar o modo como o corpo conhece-se na situação da sujeição. Nela, o conhecimento é pré-dado a partir de uma leitura referenciada pelos corpos-instituições e por outros referentes presentes no campo de atuação do corpo-sujeito, a exemplo: família, bairro e ambiente escolar. Caracteriza-se por uma relação unilateral, onde o corpo sujeito adequa-se a um conhecimento dado *a priori*, o que de certa forma pode ser entendido como uma restrição, e aqui será nomeado como um reducionismo cognitivo. O corpo, nessas circunstâncias, mal consegue perceber-se descolado de tantas nomeações que lhe são/foram imputadas, tais como: Corpo-violentado. Corpo-abusado.. Corpo-sujo. Corpo-oferecido. Corpo-coitado. Tais nomeações mostram o quanto procedimentos de sujeição compartimentalizam corpos adolescentes, e mais do que isso, os constitui. Assim, lembra Greiner que a “sujeição é literalmente a feitura do sujeito” (2005, p. 90). Também a este respeito, Butler em seu livro *The Psychic Life of Power* (1997) chama a atenção para o paradoxo presente na situação da sujeição: ambivalente no ato de subordinar-se e de construir-se enquanto sujeito/psique. Para esta autora, a psique é também construída em situações de submissão. Contudo, o que mais parece interessante nessa

discussão é o deslocamento proposto nos fazeres da dança. Vestido de “corpossibilidades”, o corpo sujeitado desloca-se para outra condição: a de conhecer-se enquanto corpo que dança. E dentro dessa outra “moldura”, corpo-dançante, instaura-se outros modos de perceber-se, transformar-se e organizar-se corpo. A ação da dança tende a potencializar outros modos de percepção do corpo sujeitado, não só por agregar outras informações e transformá-lo, mas por ampliar a visão do corpo-sujeito sobre si mesmo. Katz (2003, p. 85) sugere que “a habilidade de dançar se constrói através do sensório-motor do corpo que, como qualquer outro organismo se transforma pela informação que agrega”. E nessa direção, considera-se que “o ato de perceber constitui o percebido” (MATURANA, 1997, p.23). Note-se que é na ação motora da dança do ventre que o corpo sujeitado abre-se para processos de continuidade. Transforma-se pelo fluxo de informações que agrega ao dançar, mesmo porque, se antes era percebido enquanto corpo-cindido seja pela nomeação e pelo movimento - a exemplo do corpo-violentado, e da desconexão preponderantemente presente entre o assoalho pélvico e outras partes do corpo. É a partir da feitura dos desenhos, como o oito infinito, círculos e ondulações, que o corpo reconhece-se em cadeia articular e abre-se para as comunicações/relações entre as regiões do próprio corpo, pois não é possível a realização de um passo como o oito infinito sem o encadeamento dos pés (parte interna), joelhos, pernas e quadril. E, nesse fazer, o corpo se faz. Tudo isso, evidentemente, implica na adoção dos fazeres da dança como uma perspectiva que ultrapasse, até onde isto for possível, as tentativas de redução do corpo sujeitado às nomeações/discursos que incidem sobre ele, e inevitavelmente o constituem. O que equivale dizer, o rompimento com do reducionismo cognitivo e possibilitar outros modos de conhecê-lo e organizá-lo fora dos compartimentos instituídos. Portanto, o corpo que aqui reivindica-se é um corpo-dançante que abre-se para muitos. Um corpo que “é muitos”, (BARRETO, 2007, p. 52), porque muitas são as experiências/ações cognitivas que se estabelecem em fluxo. Um corpo com potencialidades criativas e organizativas, que vão além das instâncias institucionais que pensam poder organizá-lo. Um corpo que se conhece e propõe aos corpos-instituições outras possibilidades de organização da sujeição. **Corpos-Dançantes: outro jeito de organiz(ação)** Referir-se à dança enquanto uma “corpossibilidade” nos modos de organizar a violência

sexual coloca questões da dança, do corpo/corpo que dança e sujeição, enquanto focos de interesse deste artigo. Esboços reflexivos que discutam o modo como a dança do ventre pode contribuir em processos organizativos dessa ordem. De partida, a dança tem como espaço de ocorrência imediata o corpo. Dança e corpo são, portanto, indissociáveis, de modo que não é possível se referir à dança, senão situando-a em estudos acerca do corpo. Aqui ela será tratada, associada à noção de mente/corpo inseparáveis. Para isso, se utilizará como aporte teórico a ideia da dança como pensamento do corpo de Katz, Sob essa perspectiva, é possível pensar que cada ação motora da dança se configura como um pensamento, pois como descreve Katz (2005, p. 40), “quando a dança acontece num corpo, o tipo de ação que a faz acontecer é da mesma natureza do tipo de ação que faz o pensamento aparecer”. A autora sugere ainda que:

Quando o corpo pensa, isto é, quando o corpo organiza o seu movimento com um tipo de organização semelhante ao que promove o surgimento dos nossos pensamentos, então ele dança. Pensamento entendido como o jeito que o movimento encontrou para se apresentar (KATZ, 2005, Apresentação).

Esse é o interesse deste artigo: apresentar a dança do ventre como um pensamento implementado, ou seja, uma experiência sensório-motora que opera no contínuo “corpomente”, sem a separação de movimento e pensamento. Implementar a dança do ventre como pensamento do corpo favorece indicar àqueles corpos sujeitados o redirecionamento de posições e o exercício de questionamentos relacionados às ações de intervenção aos quais foram submetidos. Essa hipótese acompanha, ainda, o modo empregado para designar pensamento: “uma maneira de organizar informações – uma ação, portanto, e não o que vem depois da ação” (KATZ, 2005, Apresentação). Nessa direção, é possível fazer aproximações com posição semelhante, sustentada por Sheets-Johnstone (1990) “[...] os conceitos são gerados ou tomados conscientes pelo corpo vivo na sua vida diária, ou seja, em ações e não em modelos dados *a priori*”, e continua citando ainda alguns exemplos de ações: mascar, urinar, respirar, etc. como geradoras de conceitos. Posições que possibilitam indicar a dança do ventre enquanto ação propositiva nos modos de organizar a violência sexual. O acompanhamento da proposição de dança como pensamento do

corpo reside no sentido do pensamento como síntese temporária das relações entre as informações que transitam no corpo, no apronte da dança. A particularidade dos acionamentos e a transitoriedade das circuitações corporais provocam a exposição de soluções provisórias de ajustamentos no mundo. Considerar a simultaneidade das ocorrências no e pelo corpo possibilita deslocar a fixidez da informação/sujeição e propor a lógica de organização do assujeitamento pela convivência. O corpo renegocia as ocorrências e se constitui a todo instante, de modo que, “não há um resultado único e nem último” (SETENTA, 2008, p.39). Uma condição que faz pensar o corpo em metamorfose e questionar os modos de tratar a violência nos serviços prestados pelos corpos-instituições. Ora, se o corpo “como processo, nunca está pronto” (GREINER, 2003a, p.142), por que se insiste no grifo do **corpo sujeitoado**?

Validando-se a insistência, fixa-se a sujeição como se fosse possível ignorar a natureza simultânea/múltipla do corpo; desconsiderando-a significa dizer que o corpo somente pode ser tratado em sua complexidade constitutiva, a partir dos elementos que o consubstanciam, e mesmo assim sempre como resultado provisório. A **provisoriedade**, aqui apontada, se expande a partir do entendimento de corpo trabalhado na teoria corpomídia<sup>[8]</sup>. Com o interesse de ressaltar a característica processual do corpo, enquanto mídia<sup>[9]</sup> de si mesmo, como um sistema vivo e em trânsito contínuo de trocas de informações com o ambiente. Greiner (2005, p. 131) indica que:

Algumas informações do mundo são selecionadas para se organizar na forma de corpo – processo condicionado pelo entendimento de que corpo não é um recipiente, mas sim aquilo que se apronta nesse processo co-evolutivo de trocas com o ambiente. E como o fluxo não estanca, o corpo vive em estado do sempre-presente, o que impede a noção de recipiente. E prossegue: “[...] A mídia à qual o Corpomídia se refere diz respeito ao processo evolutivo de selecionar informações que vão se constituindo corpo. A informação se transmite em processo de contaminação” (p. 131). As questões de violência sexual estão consideradas como informações corporificadas e, sob a perspectiva da teoria corpomídia, não estão/são minimizadas. O esforço aqui é buscar tratar dessas informações na experiência da dança do ventre para revertê-las em condições favoráveis aos corpos sujeitados. O ambiente no qual ele está

inserido. A sujeição, enquanto corpo, não se apresenta de modo estanque/fixo, excluído de trocas, transformações e outros modos de constituir-se, pois “a informação não está fixa em nenhum lugar, ela é a relação de corpos, de objetos, de mundos, de pensamentos, em permanente estado de transformação” (RENGEL, 2007, p. 100). É no corpo que a dança e o assujeitamento podem ser entendidos como constitutivos mútuos. É nessa mesma ação que se dá a reorganização da ação enquanto sujeição, ou seja, é no reconhecer o trauma sexual, trazendo-o para convivência, nas correlações funcionais e no trato no mesmo espaço de ocorrência. Nesse sentido, o corpo-dançante é ocorrência do/no encontro com a exterioridade e desveste-se do grifo da sujeição. Ao desvestir-se de qualquer outro grifo, abre-se para outros interesses. Abre-se para os movimentos/informações que vêm de fora, mas que no feitiço da dança do ventre encontra brechas para modificar-se. Mesmo porque, o corpo não recusa a informação do ambiente, e se faz justamente no trânsito dessas informações. Então, a questão que aqui circunstancialmente se impõe diz respeito a como se (re)organiza esse corpo, afinal?

O quanto esse corpo sujeitado é **também** consubstanciado por curvas, oitos e shimmies, vestuário, musicalidade, etc., entre tantas outras ocorrências?

Questionamentos/entendimentos que colaboram para legitimar a ideia da dança do ventre enquanto ação propositiva nos modos de organizar a violência sexual, aqui tratada enquanto acionamento sensório-motor implementado no mesmo local de introjeção do abuso. Ação que atua com ênfase em regiões que também abrigam informações vinculadas à feminilidade, sexualidade e a violência sexual sofrida, a exemplo, do assoalho pélvico, cintura escapular, entre outras. Tal consideração permite pensar na dança do ventre enquanto potência criativa e artística que contribui para o trânsito de informações no e pelo corpo, e para correlações que emergem desse movimento. É no feitiço da dança que o corpo-sujeito “revisita” a cena traumática e propõe outras formulações para a sujeição. Desterritorializa as informações vinculadas à sexualidade e ao assujeitamento, e exercita ideias de simultaneidade, de encontros e de negociações. A questão que parece preponderante é a ação da **convivência**. Nela o corpo-sujeito entende o corpo como espaço de coexistência das múltiplas ocorrências, que no exercício de co-existir



permite dialogar com cisões, vulnerabilidades, conflitos, estigmas, dores e situações próprias do assujeitamento. Talvez o entendimento de convivência aqui implicado, traga **o sentido de si e dos outros** - na trajetória imprecisa do constituir-se e favoreça a autonomia por possibilitar à adolescente deslocar-se dos significados estigmatizantes presentes no contexto do abuso sexual, sem negar a sujeição. Logo, urge a necessidade de repropor ações de assistência e “reabilitação” no enfrentamento a violência sexual, que operem **com** a sujeição e não **na** sujeição. Optar por intervenções que considerem o abuso como co-autor de formulações para o corpo sujeitado, pois a sujeição faz parte da dinâmica constitutiva do corpo, e para tal não precisa ser “reparada” para ser “aceita”. Compreender esse outro modo de operar é perceber-se diante de um caminho precioso: o da convivência. **Corpos que reivindicam outros modos de funcionamento: rasuras nas fórmulas convencionais** Ao apresentar outros modos de operar na situação da sujeição e propor uma desacomodação dos tratamentos habituais dos corpos-sujeitos e corpos-instituições, abrem-se brechas para reivindicar a presença de abordagens corporais enquanto condição indispensável no enfrentamento à violência sexual. Afinal, considera-se que a ação da dança nos corpos adolescentes pode provocar o redirecionamento e o deslocamento de posições e questionamentos relacionados às ações de intervenção aos quais foram submetidos. Isto acontece porque a implementação da dança promove a percepção do corpo como espaço de ocorrência de distintas ações e intervenções. Sob esta perspectiva de atuação é possível suceder reorganizações e transformações nos corpos sujeitados, viabilizadas pela compreensão de que:

Nunca olhamos para uma coisa apenas; estamos sempre olhando para a relação entre as coisas e nós mesmos. Nossa visão está continuamente ativa, continuamente em movimento, continuamente captando coisas num círculo à sua própria volta, constituindo aquilo presente para nós do modo como estamos situados. (BERGER, 1999, p. 11) Eis a razão de indicar vias abertas pela dança do ventre como ações que carregam o sentido de reivindicação. Pois é justamente pela possibilidade de atuar em um contexto não habituado a esse tipo de intervenção artística e **ter um lugar de fala**, que questiona a topografia institucional e os procedimentos convencionais ali adotados. Porém, não se trata aqui de defender o modo

de atuação da dança do ventre em detrimento de outros procedimentos. Mas de propor modos diferenciados de olhar para esses corpos e diagnosticá-los, para então tratar desses corpos com bulas reinventadas e, ainda, perceber a complexidade da violência sexual tanto nos corpos-sujeitos quanto nos corpos-instituições; mesmo porque, embora os casos de violência tenham permeado a história da humanidade, enquanto objeto de estudo é relativamente recente. Na atualidade, a violência, em especial a praticada contra crianças, "tornou-se objeto de estudo de várias áreas do conhecimento, como a medicina, a psicologia, a psiquiatria, a sociologia, a filosofia, as ciências jurídicas, entre outras" (AZAMBUJA, 2004, p. 20). Assim, estudar a violência sexual é estar desafiado a conviver com procedimentos movediços e imprevisíveis. Compreender que se está diante de um fenômeno complexo e aberto a diversas formas de interseção. E, ainda, perceber a necessidade da formulação e efetivação de uma agenda de questões que dê conta, ao menos, de rasurar fórmulas convencionais e esboçar outras formulações. Nesse sentido, importa perceber o quanto é incipiente propor formas de reorganização de corpos adolescentes sujeitados, sem eleger o corpo como questão principal. Ainda é comum entender a corporeidade na sujeição, mimetizada por entendimentos equivocados que reduz o corpo a última instância de acesso. Prioriza-se a violência sexual como fato em si, fortemente atrelada ao seu entorno, aos mecanismos de denúncia, encaminhamentos de casos e responsabilização. Ocorre que ao reduzir o corpo como última instância de acesso, acontece uma espécie de interdição, constrói-se um discurso para legitimar certas práticas. E a este propósito, se instituem linhas de ação médica, psicossocial e jurídica como modelo multidimensional na intervenção deste tipo de violência. Instaura-se um jeito de operar sobre o corpo, um modo quase médico que se propõe assepticamente a reparar danos utilizando protocolos convencionais. Avançando nessa perspectiva, pode-se propor que o entendimento de corpo presente nos serviços especializados na cidade de Salvador configura-se a partir de uma lógica cartesiana que separa a mente do corpo. Baseia-se no sistema conceitual de uma Razão Universal, que prioriza os processos mentais nos serviços prestados e recusa o corpo como local de cognição. Neste modo de operar, é comum associar o corpo apenas como local de introjeção do abuso e a mente como local de (re)elaboração do trauma sexual. Relação dicotômica que implica

em reduzir o corpo a um recipiente passivo, um meio por onde as informações passam e ali são registradas. Parece que compreender o corpo como local onde os acontecimentos são inscritos – espaço de registro da violência – impossibilita percebê-lo enquanto “articulador, propositor e elaborador de informações”, e colabora em reduzi-lo como uma instância de investimento “menor” e as ações de dança enquanto fazeres complementares aos instituídos nos corpos-sujeitos e corpos-instituições. Equívocos que elegem hierarquicamente os procedimentos mentais com funcionamentos centrais no trato da sujeição. Este paradoxo é chave importante para esse artigo. Isto porque, ao perceber estes pontos de fricção/contradição, favorece o trânsito entre diferentes modos de lidar com a violência sexual: dança do ventre e instituições que assistem a adolescentes sujeitadas e, ainda trabalha para borrar “fronteiras” arte/sociedade. Trata-se, então, da realização de movimentos que, num agir coletivamente permitam o convívio entre as especificidades de cada fazer, com vistas à associação de pensamentos distintos na reorganização de novos/outros fazeres. Condição possível de continuidade de ações organizadas com esse propósito para o trabalho com corpos-sujeitos submetidos a um tipo de sujeição – a violência sexual. Entretanto, torna-se relevante esclarecer que não se pretende desconsiderar os procedimentos corporais adotados pelas instituições – aqueles de teor jurídico e aos referentes à manutenção da saúde do corpo-sujeito e prevenção de doenças. Mas, se faz preciso entender que estas são algumas das possibilidades de atuar no corpo sujeitado e que existem outras intervenções, com diferentes modos de se aproximar, perceber e dialogar com a situação da sujeição. **Proposições finais como relações de continuidade...** As reflexões partilhadas no decorrer desta comunicação nasceram, de um lado pela experiência de ministrar aulas de dança do ventre em instituições que trabalham com adolescentes sujeitadas e, de outro lado, pela possibilidade de re-apresentar essas experiências sob a perspectiva de articulações teóricas que fundamentem as discussões entre dança, corpo, violência sexual e Direitos Humanos, com vistas a propor relações de continuidade, discussões e outros modos de tratar a sujeição nos serviços especializados. Ao valorizar a dimensão visceral da violência, com a eleição do corpo como questão principal nos modos de organização do abuso sexual, possibilitou abrir brechas para a necessidade de rasurar

fórmulas convencionais presentes nos serviços especializados e construir formulações ampliadas. Tornando-se necessário então pensar na presença de abordagens de corpo, a exemplo da dança/dança do ventre, nos protocolos de atendimento oferecidos e assim, legitimar a permanência de ações dessa natureza em instituições públicas e privadas. Assim, propor relações de continuidades solicita reinventar contornos – recontextualizar e reformular as práticas de dança desenvolvidas e a desenvolver, pois se considera que os fazeres experienciados nos corpos são co-evolutivos e, portanto, não entendidos como propostas pré-concebidas a serem reproduzidas. Os fazeres se constroem nas ações compartilhadas entre corpos adolescentes em situação de assujeitamento e em instituições especializadas e, portanto, desenham suas trilhas de atuação no mundo. Importa ainda, dar ênfase ao exercício de realizar fazeres compartilhados, enquanto uma possibilidade de atuação no mundo. Ainda mais se tratando de instâncias aparentemente não aproximáveis – violência sexual e dança/dança do ventre. E entender que o processo de aproximar considera a condição complexa de pôr em fluxos contaminatórios singularidades e potencialidades para feitura coletivas. Por fim, aposta-se no corpo como uma agenda aberta para continuidades. Corpo como “direito” essencial – de ser corpo, sem o assombro aniquilador da violência sexual. Corpo como espaço de reivindicação de Direitos Humanos, a começar pelo direito a vida. Que aqui, como se sabe, se fez em corpossibilidades dançantes...

**REFERÊNCIAS** AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. *Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança?*

Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004. BARRETO, André Valente de Barros. *A luta encarnada: corpo, poder e resistência nas obras de Foucault e Reich*. 2007. 227 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. BERGER, John. *Modos de ver*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989. BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. \_\_\_\_\_. *The psychic life of power*. Stanford: Stanford University Press, 1997. GREINER, Christine. *O corpo: pistas para estudos indisciplinados*. São Paulo: Annablume, 2005. \_\_\_\_\_. Da cozinha de Deus às membranas virtuais do homem. In: GREINER, Christine e AMORIN, Claudia (orgs). *Leituras do Corpo*. São Paulo: Annablume, 2003a. KATZ, Helena. *Um, Dois, Três: a dança é o pensamento do corpo*. Belo Horizonte: FID Editorial, 2005. \_\_\_\_\_. Corpo e movimento II. In: GREINER, Chistine; AMORIN,

Claudia (orgs). *Leituras do Corpo*. São Paulo: Annablume, 2003, p. 78-88. \_\_\_\_\_. Vistas de entrada e controle de passaportes da dança brasileira. In: *Tudo é Brasil*. CAVALCANTI, Lauro (org.) Rio de Janeiro: Itaú Cultural, p. 121-131, 2004. LAKOFF, George. *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge the western thought/* by George Lakoff and Mark Johnson, 1999. MATURANA R., Humberto. *A ontologia da realidade*. Organização Humberto Maturana; Cristina Magno, Miriam Graciano e Nelson Vaz. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997. NUNES, Sandra Meyer. O corpo do ator em ação. In: GREINER, Christine; AMORIN, Claudia (orgs). *Leituras do Corpo*. São Paulo: Annablume, 2003, p. 119-136. RENGEL, Lenira Peral. *Corponectividade: comunicação por procedimento metafórico nas mídias e na educação*. 2007. 161f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. \_\_\_\_\_. Ensino/aprendizagem em dança como emergência do procedimento metafórico do corpo. In: KATZ, Helena & GREINER, Christine. *Arte e Cognição*. São Paulo: Annablume, 2015. SETENTA, Jussara Sobreira. *O fazer-dizer do corpo: dança e performatividade*. Salvador: EDUFBA, 2008. SHEETS-JOHNSTONE, Maxine. *The roots of thinking*. Filadélfia: Temple University Press, 1990.

[1] A dança do ventre na reconstrução da corporeidade em adolescentes vítimas de abuso sexual. Ação desenvolvida pela Escola de Dança da UFBA nos anos 2004 e 2005, [2] CEDECA - BA - Centro da Defesa da Criança e Adolescente/ Bahia. Instituição não governamental que presta serviços às pessoas em situação de violência sexual. [3] Órgão da Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado da Bahia, situado no Departamento de Polícia Técnica do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, que presta serviços às pessoas em situação de violência sexual. [4] Termo utilizado para se referir às adolescentes vítimas de abuso sexual, alunas das oficinas de dança do ventre, e selecionadas pelo CEDECA e Projeto Viver nos anos 2004 e 2005. [5] Termo utilizado para se referir às instituições que prestam serviços de atendimento às pessoas em situação de violência sexual, a exemplo do CEDECA e Projeto Viver. [6] Conforme o Ministério da Saúde (Brasil, 2002), a definição de abuso sexual consiste em todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual cujo agressor está em estágio de desenvolvimento psicossocial mais adiantado que a criança ou o adolescente. Tem por intenção estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter satisfação sexual. Apresenta-se sobre a forma de práticas eróticas e sexuais impostas à criança ou ao adolescente pela violência física, ameaças ou indução de sua vontade. Esse fenômeno violento pode variar desde atos em que não se produz o contato sexual (voyeurismo, exibicionismo, produção de fotos), até diferentes tipos de ações que incluem contato sexual sem ou com penetração. Engloba ainda a situação de exploração sexual visando lucros como é o caso da prostituição e da pornografia. [7] A ideia de *cognição* proposta é empregada em consonância com os autores Lakoff & Johnson (1999) e Rengel (2007) e refere-se à capacidade de construir conhecimento no e pelo corpo. [8] Batizada como corpomídia por Helena Katz e Christine

Greiner (2005), esta abordagem teórica é tributária da semiótica peirciana e das teorias evolucionistas neodarwinianas. [9] A ideia de mídia aqui proposta refere-se ao modo do corpo existir. O corpo como mídia de si mesmo, sempre na condição de "sendo", por onde as informações se tornam corpo e não atravessam o corpo.

Professora Adjunta da Escola de Dança da Universidade Federal da Bahia, Docente dos Cursos de Graduação e Pós-graduação em Dança. Mestre em Dança /Programa de Pós-Graduação em Dança da Universidade Federal da Bahia. Doutora em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Recebido em: 05/07/2016

Aprovado em: 06/07/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: